



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA
Certificado do Controle Interno - Consolidado

Órgão: Prefeitura Municipal de Feira Nova
Relatório Trimestral
Período: 01/01/2018 a 31/03/2018
Prefeito: José Carlos dos Santos.

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Da análise efetuada, constatamos que durante o trimestre foram elaborados Demonstrativos de acordo com os Princípios da Contabilidade Pública, as Normas Gerais de Direito Financeiro preconizadas na Lei N° 4.320 de 17 de março de 1964, e as Instruções e Resoluções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado, com observâncias aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

2. DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício financeiro de 2018 foi aprovado pela Lei N° 494/2018 de 15 de dezembro de 2018, alocando recursos na ordem de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), os quais correspondem aos dois poderes que compõem a Administração Pública Municipal, estando assim distribuídos:

RECEITAS CORRENTES	16.899.990,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.116.020,00)
RECEITAS DE CAPITAL	216.030,00
RECEITA INTRAORÇAMENTARIA	0,00
TOTAL DA RECEITA	15.000.000,00
DESPEAS CORRENTES	13.865.814,04
DESPEAS DE CAPITAL	1.116.413,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.772,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00
TOTAL DA DESPESA	15.000.000,00

No período foram abertos créditos adicionais que suplementaram R\$ 5.075.871,38 e anularam R\$ 5.075.871,38. As fontes de recursos utilizadas para a abertura dos créditos suplementares foram as seguintes:

FONTE DE RECURSO	VALOR - R\$
Anulação de Dotação	5.075.871,38
Superávit Financeiro	0,00
Excesso de Arrecadação	0,00
Operação de Crédito	0,00
Total	5.075.871,38



3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada

TÍTULO	ESTIMADA NO EXERCÍCIO	%	ARRECADADA NO PERÍODO	%	ARRECADADA ATÉ O PERÍODO	%
RECEITAS CORRENTES	16.899.990,00		4.711.269,62		4.711.269,62	
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.116.020,00		-625.082,84		-625.082,84	
RECEITAS DE CAPITAL	216.030,00		0,00		0,00	
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00		0,00		0,00	
TOTAL	15.000.000,00		4.086.186,78		4.086.186,78	

Os dados acima demonstram que a Receita Arrecadada para o período foi de R\$ 4.711.269,62 (quatro milhões e setecentos e onze mil e duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), tendo ainda por arrecadar um resíduo de R\$ 10.288.730,38 (dez milhões e duzentos e oitenta e oito mil e setecentos e trinta reais e trinta e oito centavos) em relação ao total estimado para o exercício.

3.2 - Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Liquidada

TÍTULO	RECEITA ARRECADADA	DESPEZA LÍQUIDADA	DIFERENÇA (+/-)
CORRENTES	4.086.186,78	3.906.813,63	179.373,15
CAPITAL	0,00	287.047,47	-287.047,47
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.086.186,78	4.193.861,10	-107.674,32

O confronto entre a Receita Arrecadada Líquida e a Despesa Liquidada demonstra que o valor liquidado foi superior à arrecadação da receita, o que representa um déficit no trimestre de R\$ - 107.674,32 (cento e sete mil e seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

3.3 - Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga

A Despesa empenhada no período atingiu o montante de R\$ 13.704.869,13 (treze milhões e setecentos e quatro mil e oitocentos e sessenta e nove reais e treze centavos). O total de despesas liquidadas no período importou em R\$ 4.193.861,10 (quatro milhões e cento e noventa e três mil e oitocentos e sessenta e um reais e dez centavos). Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foi pago neste trimestre a importância de R\$ 3.647.563,72 (três milhões e seiscentos e quarenta e sete mil e quinhentos e sessenta e três reais e dois centavos) conforme detalhamento abaixo:

TÍTULO	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	LIQUIDADA A PAGAR
ATÉ O PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00
NO PERÍODO	13.704.869,13	4.193.861,10	3.647.563,72	546.297,38
ACUMULADO	13.704.869,13	4.193.861,10	3.647.563,72	546.297,38



4. DO BALANÇO FINANCEIRO

Demonstra a movimentação de recursos de natureza orçamentária, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o trimestre seguinte, tendo o desdobramento a seguir:

RECEITA	R\$ 1,00
ORÇAMENTÁRIA	4.711.269,62
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.462.288,66
OUTRAS OPERAÇÕES	0,00
SALDO PERÍODO ANTERIOR	0,00
TOTAL GERAL	6.173.558,28
DESPESA	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.647.563,72
EXTRA ORÇAMENTÁRIA	641.934,12
OUTRAS OPERAÇÕES	0,00
SALDO PARA O PRÓXIMO PERÍODO	1.884.060,44
TOTAL GERAL	6.173.558,28

5. DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial representa os bens, direitos e obrigações que compõem a substância patrimonial, estando assim demonstrado:

ATIVO	R\$ 1,00
ATIVO FINANCEIRO	1.373.958,44
ATIVO PERMANENTE	7.397.001,76
SOMA DO ATIVO REAL	8.770.960,20
ATIVO COMPENSADO	0,00
TOTAL GERAL DO ATIVO	8.770.960,20
PASSIVO	
PASSIVO FINANCEIRO	296.569,15
PASSIVO PERMANENTE	0,00
SOMA DO PASSIVO REAL	296.569,15
ATIVO REAL LIQUIDO	960.745,09
PASSIVO COMPENSADO	7.513.645,96
TOTAL GERAL DO PASSIVO	7.810.215,11



5.1 - Situação Financeira

A situação financeira em evidenciada no período selecionado, apresentou um Superávit Verificado em R\$ 1.077.389,29 (um milhão e setenta e sete mil e trezentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos), onde foi possível verificar, que o Ativo Financeiro foi superior, conforme valores informados no demonstrativo das variações patrimoniais apresentado abaixo:

TITULO	VALOR - R\$
Ativo Financeiro	1.373.958,44
(-) Passivo Financeiro	296.569,15
Superávit Verificado	1.077.389,29

6. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, visando manter o equilíbrio entre as receitas arrecadas e as despesas realizadas. A seguir apresentamos comentários sobre os pontos específicos:

6.1 Limite com pessoal em relação à receita corrente líquida

Os gastos realizados com pessoal durante os últimos doze meses foram de R\$ 9.412.655,28 (nove milhões e quatrocentos e doze mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos), que representam 60,90% da receita Corrente Líquida, a qual foi da ordem de R\$ 15.456.652,97 (quinze milhões e quatrocentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos), calculados com base em regra contida na LRF.

6.2 Relatórios bimestrais

Identificamos os relatórios resumidos da Execução Orçamentária (bimestral), que foram elaboradas pela Equipe Técnica de Contabilidade do Município e encaminhados ao Tribunal de Contas, em obediência à LRF.

6.3 Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Foram aplicados R\$ 870.094,30 (oitocentos e setenta mil e noventa e quatro reais e trinta centavos), na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa 26.86 % das receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, que somaram o valor de R\$ 3.239.097,71 (três milhões e duzentos e trinta e nove mil e noventa e sete reais e setenta e um centavos), informações estas obtidas através do Demonstrativo da Aplicação da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fornecido pela Equipe Técnica, foi cumprida a aplicação mínima prevista na Constituição Federal.

6.4 Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Foram aplicados R\$ 1.039.974,72 (um milhão e trinta e nove mil e novecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, representando 101.0 % das receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências que somaram o valor de R\$ 1.029.212,01 (um milhão e vinte e nove mil e duzentos e doze reais e um centavo), informações estas, obtidas através do Demonstrativo da Aplicação de Recursos do FUNDEB, fornecido pela equipe Técnica de Contabilidade do Município.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA
Certificado do Controle Interno - Consolidado

AUMOXARIFADO

O almoxarifado mantém todos os registros de materiais com sua descrição e preço de aquisição, proporcionando um melhor controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída, atualizado até a presente data, já com as adequações nos espaços físicos dos mesmos, na Educação, Saúde, Prefeitura e Assistência Social.

PATRIMÔNIO

O livro de patrimônio encontra-se devidamente atualizado e os bens com as suas plaquetas numeradas. O gestor autorizou a compra de novas plaquetas e o recadastramento de todos os bens do município.

CONCLUSÃO

No 1º Trimestre/2018, pela documentação analisada e de acordo com os procedimentos operacionais que acompanhamos, constatamos, mais uma vez, que para equilibrar as contas e permitir que o Município mantenha os serviços básicos e os salários dos servidores em dia, o gestor deverá implementar medidas urgentes de contenção de gastos, com o objetivo de enquadramento no limite de 54 % com despesa de pessoal. No geral, não constatamos falhas, irregularidades ou desperdícios na gestão dos setores e dos recursos da Prefeitura Municipal de Feira Nova. Por fim, destacamos que todas as atividades desenvolvidas e os apontamentos realizados aos setores e recomendações efetuadas encontram-se arquivadas e disponíveis para análise do Tribunal de Contas do Estado.

Prefeitura Municipal de Feira Nova, 31 de março de 2018.



JUCILENO FRANCISCO DE SOUZA

Secretário de Controle Interno



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o relatório de Controle Interno, relativo ao 1º Trimestre do Exercício de 2018, foi emitido obedecendo todos os parâmetros da Contabilidade Pública e em conformidade com a legislação vigente, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4320/64 de 17/03/64, bem como com as normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001 de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

JUCILENO FRANCISCO DE SOUZA

Secretário de Controle Interno